



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



EMENDA MODIFICATIVA QO PROJETO DE LEI 489/12

O Inciso I do Artigo 4º do Projeto de Lei nº 489/2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º(...)

- I. O enfoque biocêntrico, humanista, democrático, crítico, participativo, inovador e emancipatório;

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2012.

1544 12/12/2012 088347 MP ASSSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

(Assinaturas manuscritas)

① *Deleides Fabiano*

② *Adelmo Ribeiro*

③ *Luiz Edmundo Cheida*

④ *Nelson Luersen*

⑤ *Stanyan*

⑥ *Duizio Gema*

REINOLD STEFFANES
DEPUTADO ESTADUAL - PMDB

RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual - PV

Emenda de Plenário nº 02
12 DEZ. 2012
DAP _____
Visto *Alaudo*

PROPOSTA DE EMENDA PARA O PROJETO DE LEI 489/2012, que institui a Política Estadual e o Sistema de Educação Ambiental no estado do Paraná.



*Incluir a palavra
biocêntrico*

"Inclua-se no inciso I do parágrafo 4º o "enfoque biocêntrico", como complemento à redação existente"

489/2012

Justificativa:

Justifica-se a inclusão do enfoque biocêntrico como um dos princípios fundamentais da lei de educação ambiental para o estado do Paraná como um aspecto inovador, pois a partir do momento em que se inclui este conceito nas ações de Educação Ambiental e nos conteúdos a serem trabalhados tanto na educação formal quanto na não formal, avança-se para outro patamar civilizatório. É o que se pretende, quando se fala em visão de mundo biocêntrica, que se amplie o olhar para os outros seres com os quais os humanos compartilham a existência em nosso planeta, incluindo-os nos direitos fundamentais que necessitamos reafirmar para todos nós, humanos.

Além desta proposta já ter sido discutida e aprovada em várias reuniões que originaram este projeto de lei, com a participação de ONGs, Universidades, Movimentos Sociais e Sindicais, Rede de Educação Ambiental, FIEP, FAEP, Secretarias do Governo Estadual, Emater, IAP, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Educação, entre outros, este conceito que fortalece as ações da Educação Ambiental em nosso estado foi alvo de discussão na 45ª reunião ordinária do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, sediado na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, ocorrida em outubro deste ano. O Fórum é composto por representantes do governo e da sociedade, criado pelo Decreto 2547/2004. Foi decisão do Fórum reivindicar a inclusão do termo "biocêntrico" nos princípios fundamentais da lei que institui a Política de Educação Ambiental no estado do Paraná.

Composição atual do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná:

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS – ESTADUAIS (23 entidades)

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná: Pedro Lupion

Casa Civil do Paraná: Paulo Henrique Coletti Fernandes

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR: Lillian Pérsia de Oliveira Tavares

Companhia Paranaense de Energia - COPEL: Robson Guarneri dos Santos

Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM/PR: José Carpes

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES: Ana Cláudia de Paula Muller

Procuradoria Geral do Estado - PGE: Heloisa Bot Borges

Mandato Deputado Rasca: Débora de Albuquerque Souza

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB: Filipe Braga Farhat

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI: Maria Elizabeth Lunardi

Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS: Teresa Cristina Celestino Cortez

Secretaria de Estado da Cultura - SEEC: Mirian Rocha Loures

Secretaria de Estado da Educação - SEED: Solange Reiguel

Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA: Rosane Gil Kolotelo Wendpap
 Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul - SEIM: Mário Lessa Sobrinho
 Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU: José Kreidler
 Secretaria de Estado da Saúde - SESA: Sonia Maria Dotto Ampessan
 Secretaria de Estado da Segurança Pública - Departamento da Polícia Civil: Wallace de Oliveira Brito
 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL: Rosana Scaramella
 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA: Rosana Vicente Gnipper
 Secretaria de Estado do Turismo - SETU: Rafael Andreguetto
 Rua Desembargador Motta, 3384 - Mercês - 80.430-200- Curitiba - Paraná - Brasil - Fone: 41 3304 7700 - www.meioambiente.pr.gov.br 2
 Secretaria Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral: Tatiana Oliveira Antunes de Melo
 Serviço Social Autônomo Paranaidade: Maria Inês Terbeck
INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS - MUNICIPAIS (4 entidades)
 Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré: Daniele Costa Curta Gasparin
 Prefeitura Municipal de Castro: Maria Inez Pedrosa Machado Dias
 Prefeitura Municipal de Colombo: Gilson Luis da Silva
 Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná: Marcelo Elísio Ribeiro Santin
INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (34 entidades)
 Associação Comercial do Paraná - ACP: Tania Kamienski
 Associação MarBrasil: Juliano Dobis
 Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público - APIESP: Teresinha Esteves da Silveira Reis
 Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB/PR: Laura Jesus de Moura e Costa
 Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental - CEDEA: Angela Egrecil Antunes Panizzi
 Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES: Doris Margareth de Jesus
 Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA: Kátia Mara de Jesus
 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - CREA-PR: Cláudio Luiz Geromel Barretto
 Ecoforça: Valdir Donizete de Moraes
 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Florestas: Maria Izabel Radomski
 Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP: Claudius Augustus Faggion Filho
 Federação das APAEs do Estado do Paraná - FEAPAES/PR: José Turozi
 Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná - FACIAP: Eric Fiedler Barbosa
 Federação das Indústrias do Paraná - FIEP: Fábio Leal Pires
 Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná - FETRACONSPAR: Reinaldim Barboza Pereira
 Rua Desembargador Motta, 3384 - Mercês - 80.430-200- Curitiba - Paraná - Brasil - Fone: 41 3304 7700 - www.meioambiente.pr.gov.br 3
 Força Sindical do Paraná: Alfani Alves
 Fundação Nacional do Índio - FUNAI: José Ferreira Campos Júnior
 Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento do Paraná: Luiz Paulo Reis
 Instituto de Engenharia do Paraná - IEP: Arsênio Muratori
 Instituto de Estudos Ambientais - Mater Natura: Adriano V. Wild
 Itaipu Binacional: Silvana Vitorassi
 Movimento Nós Podemos Paraná: João Frederico R. L. E. Souza
 Movimento SOS Bicho: Isabel Cristina Carrilho
 Nova Central dos Trabalhadores do Paraná: Josiane de Oliveira

Organização das Cooperativas – OCEPAR: Silvio Krinski

Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/PR: Ana Luisa Stellfeld Cavalcanti de Albuquerque

Participantes Ativos: Alisson Felipe Bieszczad, Bo N. A. Stridsberg, Carolina Oksana Preima, Claudia Santos, Ellane do Rocio Vieira, Elisa Beatriz T. Ribas, Gessyka Filipak Mendes, Graziela Gobbato, Iria Zanonne Gomes, Jacinta Arnhold, Julião Evang, Layon Philippe Becker, Lucia Regina Perego Grupo, Marcelo Stedele, Márcia Maria Facchina, Marcus Ricardo Sobrinho Sales, Mari Aparecida dos Santos, Marinalva Cardozo, Monica Schiller Faria, Olga Bagatin, Prissilla Audrey Hein, Rachel Feldmann, Rafael Gomes de Oliveira, Renata Brockelt Giacomitti, Rosangela P. Ferro, Schirle Margaret dos Reis Branco, Terezinha Cristina B. Peixoto, William José Presta Alves

Conceição.

Pastoral da Criança: Rosângela Regina Reinaldin

Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná – SINDUSCON/PR: Almir de Miranda Perru

Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, FUNDEPAR e Afins - SINDI/SEAB: Jean Carlos Helferich

Sociedade Peatonal – Mobilidade Urbana Sustentável: André Caon Lima

Sociedade Global: Diego Henrique da Silva Baptista

Sociedade Vegetariana Brasileira – SVB: Joselaine Seidel

União Brasileira de Mulheres – Seção Curitiba: Graciela Scandurra



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 489/2012

Projeto de Lei nº 489/12

Autor do Projeto: Poder Executivo

Autor da emenda: Deputado Rasca Rodrigues

Súmula: Institui a Política Estadual Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências.

EMENTA: OBJETIVA INSERIR ARTIGO ONDE COUBER NO PROJETO DE LEI 489/2012. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE CLAREZA, PRECISÃO E ORDEM LÓGICA. INFRAÇÃO AOS ARTS. 7º E 11 DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N.º 95/98. ILEGALIDADE. PARECER PELA NÃO APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa instituir a Política Estadual Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário, o referido projeto recebeu emenda aditiva, de autoria Deputado Rasca Rodrigues. Por esta razão é que esta Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

REJEITADO

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoladas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §3º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando como aditiva quando altera parte ou todo do Projeto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta a outra.

Assim, verifica-se que, quanto a propositura, a presente emenda está perfeitamente coerente com os normas jurídicas.

No entanto, analisando a técnica legislativa do Projeto de Lei, nos termos da Emenda Aditiva proposta, nota-se que há um descompasso com a Lei Complementar Federal n.º 95/98.

Isto pelo fato que a Lei Complementar Federal dispõe em seu art. 11:

Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

Ocorre que a técnica legislativa da presente Emenda Aditiva vai de encontro com o artigo supracitado; uma vez que **não**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



determina com clareza e precisão qual parte do Projeto de Lei vai ser alterado com a inclusão de um novo artigo.

Vejamos a Súmula da presente Emenda Aditiva de Plenário:

Súmula: Adite-se Artigo ao Projeto de Lei nº 585/2012, onde couber, com a redação dada abaixo:

(...)

(grifos nossos)

Como se vê, há também uma explícita infração ao inciso II do art. 7º da LC 95/98 que menciona:

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

(...)

II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

Além disso, a emenda pretende obrigar que 8% (oito por cento) do montante arrecadado pelo Fundo Estadual de Meio Ambiente seja aplicado na política pública criada pelo projeto. Ao assim estabelecer, incorre em vício de iniciativa, pois tal medida certamente interfere diretamente na administração estadual. O fundo em questão é administrado pela Secretaria de Meio Ambiente e cabe a ela e ao chefe do Poder Executivo dispor de que maneira os seus recursos serão aplicados. Resta claro, portanto, que a emenda em análise fere o que dispõe o art. 87 da Constituição Estadual.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 47

Ademais, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - STF já possui entendimento pacificado que não podem prosperar emendas a projetos de lei que não guardem relação de pertinência (ordem lógica) com a proposta original, conforme julgamento da ADI 1.050-C através do Ministro Relator Celso de Mello:

"O poder de emendar projetos de lei - que se reveste de natureza eminentemente constitucional - qualifica-se como prerrogativa de ordem político-jurídica inerente ao exercício da atividade legislativa. Essa prerrogativa institucional, precisamente por não traduzir corolário do poder de iniciar o processo de formação das leis (RTJ 36/382, 385 - RTJ 37/113 - RDA 102/261), pode ser legitimamente exercida pelos membros do Legislativo, ainda que se cuide de proposições constitucionalmente sujeitas à cláusula de reserva de iniciativa (ADI 865/MA, Rel. Min. CELSO DE MELLO), desde que - respeitadas as limitações estabelecidas na Constituição da República - as emendas parlamentares (a) não importem em aumento da despesa prevista no projeto de lei, (b) guardem afinidade lógica (relação de pertinência) com a proposição original e (c) tratando-se de projetos orçamentários (CF, art. 165, I, II e III), observem as restrições fixadas no art. 166, §§ 3º e 4º da Carta Política. Doutrina. Jurisprudência. - Inobservância, no caso, pelos Deputados Estaduais, quando do oferecimento das emendas parlamentares, de tais restrições. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. Suspensão cautelar da eficácia do diploma legislativo estadual impugnado nesta sede de fiscalização normativa abstrata. (ADI 1.050-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 21-9-1994, Plenário, DJ de 23-4-2004"

Portanto, resta-se evidenciado que a Emenda Aditiva de Plenário apresentada pelo legislador estadual afronta a legislação atual vigente no que tange a técnica legislativa.



CONCLUSÃO


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

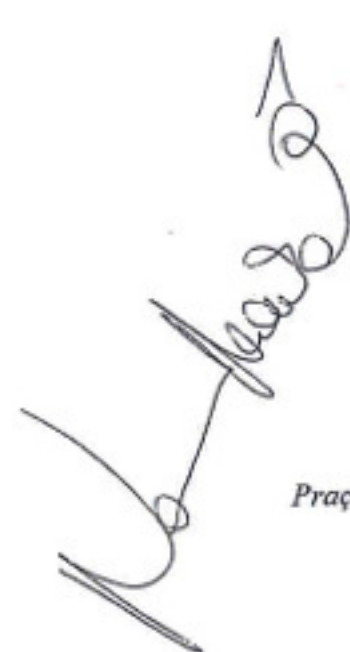





Diante do exposto, opina-se pela **NÃO APROVAÇÃO** da presente Emenda Aditiva de Plenário, em virtude de sua **ILEGALIDADE**.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
Relator

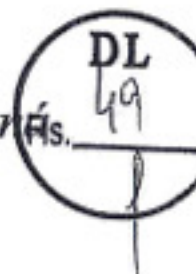
APROVADO
17.12.12 







VOTO CONTRARIO AO PARECER
Praça Nossa Senhora da Saleta s/n - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Rosca Rodrigues
17.12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNARIO AO PROJETO DE LEI Nº 489/2012

Projeto de Lei nº 489/12

Autor do Projeto: Poder Executivo

Autor da emenda: Deputado Rasca Rodrigues

Súmula: Institui a Política Estadual Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências.

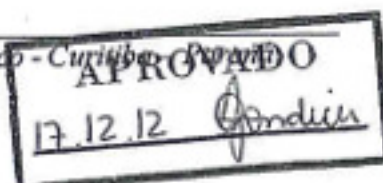
EMENTA: OBJETIVA MODIFICAR PROJETO DE LEI Nº 489/12. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa instituir a Política Estadual Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda modificativa, de autoria Deputado Rasca Rodrigues. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 50
9

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 51
p

Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando como modificativa quando altera parte ou todo do Projeto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 52

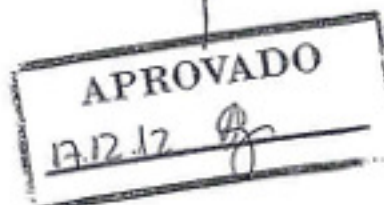
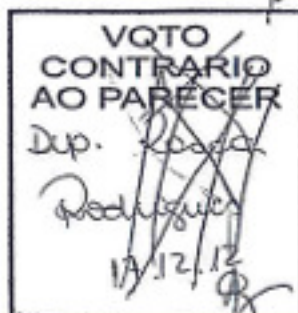
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa de Plenário proposta pelo Deputado Rasca Rodrigues, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
Relator





~~PROJETO DE LEI~~ PROJETO DE LEI 643/12

Súmula: *Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e dá outras providências.*

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Capítulo I **Dos Beneficiários e do Gestor do** **Regime Próprio de Previdência Social**

Art. 1º O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná compreende o Plano de Benefícios a ser estabelecido com observância das normas constitucionais e o Plano de Custeio que passa a ser fixado nos termos desta Lei.

§ 1º São beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público, os Conselheiros do Tribunal de Contas, os militares da ativa, da reserva remunerada ou reformados, bem como os inativos, dependentes e pensionistas.



§ 2º O Estado do Paraná será responsável pela execução do Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, adotando procedimentos que lhe assegure equilíbrio financeiro e atuarial.

Art. 2º A PARANAPREVIDÊNCIA, criada pela Lei-PR n. 12.398, de 30 de dezembro de 1998, se constitui, nos termos da Constituição Federal, no Órgão Gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. Para a perfeita consecução de suas finalidades, a PARANAPREVIDÊNCIA celebrará Contrato de Gestão com o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, e Convênios com os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado.

Capítulo II **Do Financiamento do Regime Próprio de** **Previdência Social do Estado do Paraná**

Seção Única **Dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária**

Art. 3º O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná será financiado, mediante segregação de massas, por meio de Fundos Públicos de Natureza Previdenciária constituídos pelo Estado com base na disposição contida no art. 249 da Constituição Federal, assim considerados: o Fundo de Previdência, o Fundo Financeiro e o Fundo Militar.

§ 1º Os Fundos Públicos de que trata o *caput* deste artigo são infungíveis, dotados cada um deles de identidade fisco-contábil e jurídica e se destinam, exclusivamente, ao pagamento dos benefícios previdenciários correspondentes, sendo-lhes destinados recursos específicos, inexistindo, em qualquer situação, solidariedade, subsidiariedade ou supletividade entre eles.

§ 2º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária ficam sob gestão da PARANAPREVIDÊNCIA e, em hipótese alguma, poderão ser confundidos com os demais recursos estatais e tampouco com o patrimônio próprio do Órgão Gestor.

§ 3º. Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária de que trata esta Lei, dada a sua natureza, afetação, origem e finalidade, gozam, nos termos do art. 150, inciso VI, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, de imunidade tributária.



Art. 4º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária serão financiados da seguinte forma:

I – O Fundo de Previdência pela adoção gradual do regime financeiro de capitalização, para o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão;

II – Os Fundos Financeiro e Militar pelo regime financeiro de repartição simples para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, reserva, reforma e pensão.

§ 1º. Independentemente do Fundo a que estejam vinculados, os benefícios assistenciais devidos a servidores devem ser processados e custeados diretamente pelo Estado.

§ 2º O processo de adoção gradual do Regime Financeiro de Capitalização e de formação do Fundo de Previdência deverá ser estabelecido a partir das receitas de contribuições previdenciárias arrecadadas pelo Estado do Paraná e de critérios de solvência atuarial mínima indicados nas avaliações atuariais de cada exercício.

§ 3º O Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA poderão a qualquer tempo promover encontro de contas, utilizando-se dos mesmos índices econômicos e financeiros, para ajuste de quaisquer débitos.

Art. 5º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária serão compostos:

I - por transferências em espécie apuradas, nos termos desta Lei, a partir da receita de contribuições previdenciárias arrecadadas pelo Estado, acrescidas da respectiva contrapartida, a título de contribuição do ente público, e dos demais recursos a serem repassados, nos termos desta Lei, pelo Tesouro do Estado;

II - por recursos oriundos da compensação previdenciária realizada na forma da lei, havidos de benefícios devidos aos servidores civis e militares que lhes sejam vinculados;

III - pelo produto das aplicações e investimentos realizados com os respectivos recursos.

§ 1º Atendidas as disposições legais pertinentes, o Fundo de Previdência será composto, além do previsto nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo:

a) por doações e dações efetivadas pelo Estado e que especificamente lhes forem destinadas;



b) por aluguéis, *royalties*, ativos públicos diversos e outros rendimentos derivados dos bens a eles vinculados, inclusive os decorrentes de alienações;

c) pelos demais bens, ativos e recursos orçamentários e extraorçamentários que lhes forem destinados e incorporados, desde que aceitos pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA;

§ 2º. Na integralização dos ativos a que se refere este artigo devem ser observados os limites fixados em legislação federal e o disposto nos arts. 12 e 21, ambos da Lei n.12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 6º. As transferências descritas no inciso I do art. 5º poderão ser antecipadas sempre que a solvência atuarial mínima assim exigir.

Art. 7º Observado o disposto nos arts. 5º e 6º desta Lei, o Estado poderá fazer, a título de dotação patrimonial e financeira, dações e doações em favor do Fundo de Previdência de que trata esta Lei, procedendo-as mediante transferência de bens imóveis, móveis, títulos, ações, direitos creditórios e participações, desde que aceitos pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA.

§ 1º Quando se tratar de dação ou doação de ações, seu preço será apurado junto aos Mercados Organizados.

§ 2º. Quando se tratar de dação ou doação de imóveis e outros ativos, será processada a respectiva avaliação mediante critérios técnicos e legais aplicáveis.

§ 3º Os bens objeto de dação ou doação, oferecidos pelo Estado ou por outrem, somente serão aceitos pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA caso se enquadrem nas condições estabelecidas na legislação federal, na Política de Investimentos do Órgão Gestor e desde que se revistam de liquidez e rentabilidade e se encontrem em situação de regularidade dominial.

§ 4º O prazo para a deliberação do Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA será de 90 (noventa dias) contados da formalização da oferta, prorrogável por igual prazo mediante justificativa e, havendo aceite, o Estado terá igual prazo, contado da notificação de aceitação, para concretizar a transferência em favor do Fundo de Previdência.

§ 5º O valor das dações e doações feitas pelo Estado e incorporadas ao Fundo de Previdência será considerado na avaliação atuarial de cada exercício, sem prejuízo do limite mínimo, também atuarialmente fixado, da necessidade de transferências em espécie a que se refere o inciso I do art. 5º desta Lei.



Art. 8º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, constituídos por esta Lei, atenderão exclusivamente ao pagamento dos respectivos benefícios previdenciários.

§ 1º Cabe aos Poderes ou Órgãos do Estado que administram orçamento próprio a responsabilidade pelo pagamento das respectivas dívidas pretéritas ou diferenças que decorram de decisões administrativas ou judiciais.

§ 2º Em relação ao Fundo de Previdência, o impacto financeiro e atuarial decorrente da implantação das diferenças a que alude o § 1º deste artigo deverá ser apurado com vistas ao equacionamento de eventual déficit atuarial.

Art. 9º. Observado o disposto no art. 25 desta Lei, a PARANAPREVIDÊNCIA realizará avaliações atuariais quando do encerramento de cada exercício.

§ 1º Nas avaliações atuariais de que trata este artigo, e observado o disposto nesta Lei, serão reavaliados e indicados os valores para as transferências em espécie que serão efetivadas mensalmente pelo Estado e, nos mesmos termos, se procederá a análise conclusiva sobre a capacidade dos Planos de Custeio Atuarial, para dar cobertura aos Planos de Benefícios Previdenciários.

§ 2º Os valores referentes às transferências em espécie, para composição do Fundo de Previdência e ao pagamento dos benefícios vinculados aos Fundos Financeiro e Militar deverão obrigatoriamente estar previstos no Orçamento Geral do Estado, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, proporcionalmente nas respectivas dotações orçamentárias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, do Tribunal de Contas e das Instituições de Ensino Superior.

Art. 10. As aplicações e investimentos, a serem efetuados pela PARANAPREVIDÊNCIA com os recursos que compõem os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, submeter-se-ão aos princípios da segurança, rentabilidade, liquidez, transparência e economicidade e obedecerão às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, a partir das quais será elaborada a Política de Investimentos, que deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA.

Parágrafo Único. Não incidirão nas aplicações, investimentos, alienações, locações e outras contratações realizadas com os ativos, que compõem os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, as normas federais e estaduais que disponham sobre licitação.

Art. 11. Observado o disposto no artigo anterior, as aplicações e investimentos efetuados com os ativos dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária deverão



buscar a rentabilidade atuarial mínima estabelecida nas avaliações atuariais de cada exercício.

Parágrafo Único. Para fins deste artigo, a PARANAPREVIDÊNCIA contará com um Comitê de Investimentos, com finalidade consultiva, cuja composição e funcionamento será estabelecida em seu Regimento Interno.

Capítulo III **Da Destinação dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária**

Seção I **Do Fundo de Previdência**

Art. 12. O Fundo de Previdência atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários concedidos aos segurados, assim considerados os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas que tenham ingressado no serviço público estadual após 31 de dezembro de 2003.

Parágrafo Único. Os benefícios concedidos aos servidores civis e seus pensionistas, vinculados ao Fundo de Previdência e em manutenção na data da publicação desta Lei, permanecerão sendo custeados com recursos do Fundo de Previdência.

Seção II **Do Fundo Financeiro**

Art. 13. O Fundo Financeiro atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários dos segurados e seus dependentes, assim considerados os servidores públicos estaduais, titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas que tenham ingressado no serviço público estadual até 31 de dezembro de 2003.

Parágrafo Único. Os benefícios concedidos aos servidores civis e seus pensionistas, vinculados ao Fundo Financeiro e em manutenção na data da publicação desta Lei, permanecerão sendo custeados com recursos do Fundo Financeiro.

Seção III **Fundo Militar**

Art. 14. O Fundo Militar atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários concedidos aos segurados, assim considerados os militares do Estado, independentemente de idade, da data de ingresso ou de concessão do benefício.



Parágrafo Único. O Fundo Militar atenderá, inclusive, ao pagamento de benefícios aos pensionistas dos militares do Estado.

Capítulo IV **Das Contribuições Previdenciárias**

Art. 15. A contribuição previdenciária dos servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos, dos magistrados, dos membros do Ministério Público, dos Conselheiros do Tribunal de Contas e dos militares da ativa, em favor do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, será de 11% (onze por cento) a incidir sobre a remuneração ou subsídio do cargo efetivo, da graduação ou do posto, acrescido dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes, fixados em lei.

§ 1º A contribuição de que trata este artigo deverá ser recolhida ao Tesouro Estadual e comporá o Orçamento Geral do Estado.

§ 2º Nas hipóteses de acumulação de cargos, cargos e proventos, ou proventos, dada a incomunicabilidade destas relações, a contribuição previdenciária deverá ser calculada isoladamente, tomando-se, no que couber, cada um dos cargos de que o servidor seja ou tenha sido titular.

§ 3º A contribuição de que trata este artigo incide sobre a gratificação natalina.

§ 4º No caso de inexistência ou suspensão de remuneração, bem como no de afastamento para o exercício de mandato eletivo, o servidor poderá optar por proceder ao recolhimento da contribuição previdenciária a que estiver obrigado nos termos desta Lei.

§ 5º Em caso da opção efetuada na forma do parágrafo anterior, o servidor deverá proceder, também, ao recolhimento da contrapartida de contribuição previdenciária de que trata o artigo 16.

Art. 16. O Estado do Paraná será responsável pela respectiva contrapartida de contribuição mensal em montante igual à contribuição que arrecadar, nos termos do artigo anterior.

§ 1º A contrapartida de contribuição de que trata o *caput* deste artigo, correrá a cargo das dotações orçamentárias próprias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas e das Instituições de Ensino Superior.



§ 2º A não realização da contrapartida de que trata o parágrafo anterior, bem como o não repasse, ao Tesouro do Estado, dos valores retidos em folha de pagamento, independentemente da respectiva responsabilização, autoriza a Secretaria de Estado da Fazenda a proceder à automática retenção e compensação dos valores correspondentes, nas respectivas parcelas orçamentárias duodecimais do mês subsequente.

Art. 17. O total das receitas de contribuições previdenciárias que o Estado arrecadar em face dos segurados e, quando couber dos pensionistas, acrescida da respectiva contrapartida de igual valor, deverá ser destinado, exclusiva e integralmente, ao custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, mediante transferências aos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, a ser processado nos termos estabelecidos por esta Lei.

Capítulo V **Da Composição dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária**

Seção I **Da Composição do Fundo de Previdência**

Art. 18. Para composição do Fundo de Previdência, as transferências em espécie, de que trata o inciso I do art. 5º desta Lei, serão apuradas com base nas receitas de contribuições previdenciárias mensais que o Estado arrecadar em face dos contribuintes vinculados a este Fundo e de sua respectiva contrapartida de no mínimo igual valor.

§ 1º O Estado transferirá, ainda, mensalmente, em espécie e a título de custeio adicional, o valor apurado mediante a incidência do percentual de 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) sobre o total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários custeados pelo Fundo de Previdência.

§ 2º As transferências de que trata este artigo devem ser realizadas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e Instituições de Ensino Superior diretamente ao Tesouro do Estado, de forma impreterível até o último dia útil do mês de competência.

Art. 19. As transferências em espécie previstas no *caput* do artigo 18 dar-se-ão de forma escalonada e progressiva, e iniciar-se-á mediante a utilização do percentual de 100% (cem por cento) a incidir sobre a contribuição arrecadada para este Fundo.

§ 1º O percentual estabelecido no *caput* será acrescido, a cada ano, à razão de 5% (cinco por cento), até alcançar 150% (cento e cinquenta por cento).



§ 2º A progressão de que trata o parágrafo anterior poderá ser revista, segundo critérios que forem indicados nas Avaliações Atuariais de cada exercício.

§ 3º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, proceder-se-á a modificação da progressão sempre que isso for apontado pelos índices de liquidez e solvência do Fundo de Previdência, mediante ato do Poder Executivo.

Art. 20. Considerados os pressupostos de capacidade financeira e orçamentária do Estado do Paraná e os critérios de solvência atuarial de que trata o art. 4º desta Lei, o Estado também transferirá, para composição do Fundo de Previdência, a título de custeio suplementar, valores em espécie, que forem apurados, atuarialmente, pelo decréscimo ou diminuição de seu compromisso para com a folha de pagamento de benefícios do Fundo Financeiro.

§ 1º A fixação do termo inicial do aporte dos valores de que trata o caput deverá se dar a partir do momento em que as avaliações atuariais indiquem que o critério de solvência estabelecido não possa ser mantido sem o aporte dos recursos relativos ao custeio suplementar de que trata este dispositivo.

§ 2º Observado o disposto no art. 16 e parágrafos desta Lei, os valores dos repasses em espécie de que trata este artigo correrão à conta de dotação orçamentária própria, devendo ser inseridos, nas Leis Orçamentárias do Estado e repassados, à PARANAPREVIDÊNCIA, mensalmente, até o quinto dia útil posterior à data em que ocorrer o pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, para composição do Fundo de Previdência.

Seção II

Da Composição do Fundo Financeiro

Art. 21. Para composição do Fundo Financeiro, as transferências em espécie de que trata o inciso I do art. 5º desta Lei dar-se-ão em montante equivalente ao total das receitas de contribuições previdenciárias que o Estado arrecadar em face dos contribuintes vinculados a este Fundo, acrescida da respectiva contrapartida de igual valor.

§ 1º Além das transferências dos montantes indicados no caput deste artigo, o Estado repassará os valores expressos pelas insuficiências financeiras necessárias à complementação do pagamento das folhas de benefícios vinculados a este Fundo.

§ 2º As transferências de que trata o parágrafo anterior serão efetivadas em valores líquidos e necessários ao pagamento integral dos benefícios concedidos aos servidores e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro.



§ 3º As transferências de que trata este artigo deverão ocorrer até o dia anterior ao pagamento dos benefícios e, no caso de mora ou inadimplência do Estado, caberá a ele a responsabilidade pelo respectivo pagamento.

§ 4º As transferências de que trata o inciso I do artigo 5º desta Lei devem ser realizadas a cargo de dotações próprias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e das Instituições de Ensino Superior diretamente ao Tesouro do Estado, de forma impreterível até o último dia útil do mês de competência.

Seção III Da Composição do Fundo Militar

Art. 22. Para composição do Fundo Militar, as transferências em espécie, de que trata o inciso I, do art. 5º desta Lei dar-se-ão em montante equivalente ao total das receitas de contribuições previdenciárias que o Estado arrecadar em face dos contribuintes vinculados a este Fundo acrescida da respectiva contrapartida de igual valor.

§ 1º Além das transferências dos montantes indicados no *caput* deste artigo o Estado repassará os valores expressos pelas insuficiências financeiras necessárias à complementação do pagamento das folhas de benefícios vinculados a este Fundo.

§ 2º As transferências de que trata o parágrafo anterior serão efetivadas em valores líquidos e necessários ao pagamento integral dos benefícios concedidos aos militares e pensionistas vinculados ao Fundo Militar.

§ 3º As transferências de que trata este artigo deverão ocorrer até o dia anterior ao pagamento dos benefícios e, no caso de mora ou inadimplência do Estado, caberá a ele a responsabilidade pelo respectivo pagamento.

Capítulo VI Disposições Finais e Transitórias

Art. 23. Os recursos adicionais e necessários à cobertura de insuficiências financeiras havidas em face do compromisso com o pagamento dos benefícios devidos aos pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro e ao Fundo Militar correrão a cargo das dotações próprias do Poder Executivo, para os benefícios concedidos até a publicação desta Lei.

Parágrafo Único. Os recursos adicionais e necessários para o pagamento de pensões concedidas após a publicação desta Lei correrão a cargo de dotação



orçamentária própria dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e das Instituições de Ensino Superior.

Art. 24. Os benefícios concedidos aos militares e seus dependentes, vinculados ao Fundo de Previdência e em manutenção na data da publicação desta Lei, permanecerão sendo custeados com recursos do Fundo de Previdência até o último dia do mês civil em que for publicada esta Lei.

Art. 25. As avaliações atuariais de que trata esta Lei deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA e serão homologadas pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência, quando do encerramento de cada exercício.

Parágrafo Único. A PARANAPREVIDÊNCIA poderá contar com Atuário externo devidamente habilitado, que emitirá Nota Técnica Atuarial e parecer sobre o exercício, do qual constará, obrigatoriamente, análise conclusiva sobre a capacidade dos Planos de Custeio Atuarial, para dar cobertura aos Programas de Benefícios Previdenciários.

Art. 26. O Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA devem figurar como litisconsortes em todos os processos judiciais que digam respeito à concessão, manutenção e revisão de benefícios previdenciários custeados pelos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária.

Parágrafo único. Dada a natureza pública dos Fundos de Natureza Previdenciária, o Estado do Paraná será o responsável direto pelo adimplemento de execuções decorrentes das ações em andamento e futuras a que se referem este artigo, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 27. O Plano de Custeio estabelecido nesta Lei passa a vigor a partir do mês subsequente ao de sua publicação.

§ 1º Os percentuais de contribuição previdenciária estabelecidos no art. 15 serão devidos depois de decorrido o prazo de que trata o § 6º do art. 195 da Constituição Federal e que será contado da publicação desta Lei.

§ 2º Durante o período de que trata o parágrafo anterior permanece em vigor o contido no artigo 78 da Lei 12.398/98.

Art. 28. A PARANAPREVIDÊNCIA deverá proceder a todas as adequações atuariais, financeiras, contábeis, operacionais e estruturais necessárias ao atendimento do disposto nesta Lei, incluindo o balanço de liquidação do Plano de Custeio até então vigente.



§ 1º. Os ativos financeiros e imobiliários do Fundo de Previdência, atualmente sob gestão da PARANAPREVIDÊNCIA, reestruturado nos termos desta Lei, compõem o patrimônio desse Fundo e nele permanecerão.

§ 2º Os haveres atuariais apurados e contabilizados pela PARANAPREVIDÊNCIA até a data da publicação desta lei e na liquidação de que trata o *caput* deste artigo, serão recalculados com base no disposto nesta Lei, inclusive no que se refere a eventuais valores conciliados pelo Estado.

§ 3º O Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA realizarão anualmente encontro de contas para apurar contabilmente o compromisso estatal com o Fundo de Previdência.

§ 4º Em face do que dispõe o art. 30 da Lei 12.398, de 30 de dezembro de 1998, os débitos administrativos apurados pela PARANAPREVIDÊNCIA até a data da publicação desta Lei, serão remidos nos mesmos termos estabelecidos nos parágrafos anteriores.

Art. 29. Ficam o Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA autorizados a elaborar estudos para a instituição do Regime de Previdência Complementar previsto no artigo 40, § 14, da Constituição Federal.

Art.30. No prazo de doze meses, contados da publicação desta Lei, a PARANAPREVIDÊNCIA deverá rever o seu Estatuto e Regimento Interno, com vistas a adequá-los às modificações decorrentes.

Art. 31. O Contrato de Gestão e os Convênios a que se refere o parágrafo único do art. 2º desta Lei deverão ser celebrados e ou revistos, considerando os termos desta Lei.

Art.32. O § 2º do artigo 103 da Lei 12.398, de 30 de dezembro de 1998, passa a ter a redação seguinte:

“§ 2º Para atendimento do disposto neste artigo, o Diretor – Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA poderá solicitar servidores públicos de outros órgão ou entidades, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, para que fiquem à disposição da Instituição, os quais permanecerão vinculados ao órgão ou entidade de origem e ao respectivo regime.”

Art.33. O Poder Executivo fica autorizado a abrir, nos termos da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, créditos adicionais nos orçamentos dos exercícios futuros, necessários à implementação do objeto desta Lei.



Art. 34. O artigo 30 da Lei 12.398, de 30 de dezembro de 1998, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 30. São receitas administrativas vinculadas:

I – as importâncias, em dinheiro, vertidas pelo Estado à PARANAPREVIDÊNCIA, especificamente para cobrir os gastos com o custeio administrativo na gestão dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, com base na previsão orçamentária anual daquela entidade, aprovada pelo Conselho de Administração e homologada pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência, cujos valores não poderão ultrapassar o percentual de 1,5% (um e meio por cento) sobre o total dos proventos e pensões pagos aos segurados inativos e aos pensionistas;

II – o produto das aplicações e investimentos realizados com os recursos das receitas administrativas vinculadas;

III – as rendas que a PARANAPREVIDÊNCIA venha auferir por meio de convênios ou contratos com outras Instituições e outras fontes previstas na legislação.

§ 1º Ficam excluídas da cobertura com os recursos de que cuida este artigo as despesas financeiras específicas, necessária à execução da Política de Investimentos, que serão custeadas com os rendimentos das aplicações dos respectivos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária;

§ 2º À Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, supervisora do Contrato de Gestão da PARANAPREVIDÊNCIA, caberá o acompanhamento da realização do orçamento anual e, ao final de cada exercício, fazer ajustes em conjunto com a PARANAPREVIDÊNCIA ou compensações necessários ao cumprimento das necessidades apresentadas e aprovadas no orçamento.

§ 3º Enquanto não homologado pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência a previsão orçamentária mencionada no inciso I, deste artigo, fica assegurado à PARANAPREVIDÊNCIA o repasse mensal, em dinheiro, do percentual de 1% (um por cento) sobre o total dos proventos e pensões pagos aos segurados inativos e aos pensionistas."

Art.35. Respeitado o contido no §2º do artigo 27 desta Lei, são revogados a alínea "f" do art. 8º, o art. 19, o art. 27 e seu parágrafo único, o art. 28, seus incisos e parágrafos, o art. 29, seus incisos, alíneas e parágrafos, o art. 31, o art. 32 e seus parágrafos, o inciso I, do art. 69, o art. 73 e seus parágrafos, o art. 75 e seu parágrafo único, o Título IV e seus arts. 76, com seus parágrafos, 77, com suas alíneas e parágrafos; o Título V



e seus arts. 78, com seus incisos, parágrafos e alíneas, 79, 80, 81 e seu parágrafo único, 82 e seus parágrafos, 83, com seus incisos, parágrafos e alíneas, 84, 85 com seus parágrafos e alíneas, 86 com seus incisos e parágrafos, 87 e seus parágrafos e art. 88 e seus parágrafos; o art. 89, seus incisos e parágrafos, o art. 94, o art. 97 e seus incisos, o art. 98, art. 99 e art. 110, todos da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Art.36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 27 de novembro de 2012.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado



REQUERIMENTO



Solicita "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação da Mensagem Governamental nº 086/2012.

Com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "**Regime de Urgência**" para a tramitação e votação da Mensagem Governamental nº 086/2012.

Curitiba, 27 de novembro de 2012.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



ESTADO DO PARANÁ
CASA CIVIL



MENSAGEM nº 086/2012.

Curitiba, 27 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

I - À DAT p/ leitura no expediente, inclusive do Requerimento de Regime de Urgência em anexo
II - À DL p/ providências
Em 28.11.2012

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa Legislativa, em anexo, o Projeto de Lei que objetiva a reestruturação do Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná.

Este é um processo contínuo e, nele, devem-se observar as mudanças de parâmetros e, em sendo o caso, como na situação presente, propor alterações nos critérios de financiamento do Regime de modo que este possa manter seu equilíbrio financeiro e atuarial.

A adoção dos critérios de financiamento do Regime Previdenciário no plano original pressupunha, mediante modelo de segregação de massas, a formação de reservas e a desoneração gradual do Estado, em face de seu compromisso futuro com o pagamento de inativos e pensionistas.

Para tanto, deu-se início a um processo de capitalização, mediante constituição do **Fundo de Previdência**, que, atendidas as **premissas atuariais** então estabelecidas, assumiria, gradualmente, o pagamento dos benefícios, desonerando o Estado do ônus financeiro e orçamentário decorrente do regime previdenciário de seus servidores.

O modelo adotado alcançou parte de seus objetivos; no entanto, passados mais de 14 anos desde a edição da Lei n.º 12.398/98, resta incontestemente a identificação, na sua execução, de modificações nas premissas atuariais, muitas das quais não puderam ser efetivadas.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA, PR





Esta constatação alcançou unanimidade, não somente entre os órgãos colegiados da Parana Previdência, mas, também, no âmbito da Secretaria da Administração e da Previdência, órgão de supervisão do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, assim como nas Secretarias de Estado da Fazenda e do Planejamento.

No mesmo sentido, a Procuradoria-Geral do Estado exarou Pareceres nos protocolos n.º 9.865.421-6 de 2008; n.º 10.119.083-8 de 2009 e n.º 11.082.042-9 de 2011, indicando a necessidade da adoção de novo Plano de Custeio ou a elaboração de novo cálculo atuarial, isso sem olvidar as manifestações do próprio Tribunal de Contas do Estado, por meio do Acórdão n.º 2305/2010, que culminou por recomendar a revisão do Plano de Custeio do Regime Previdenciário Paranaense.

Em recentíssima notificação, datada de 23/10/2012, por meio do Ofício 479/SPS/GAB o Ministério da Previdência Social – MPS, consignou o seguinte:

“Destaco principal problema é a ausência de cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos de servidores aposentados e sobre pensões descumprindo o Art. 40 da Constituição Federal. Em função disso, apesar de ter uma das mais bem estruturadas e capitalizadas unidades gestoras do RPPS no Brasil, o Estado do Paraná tem Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) judicial, de caráter liminar, o que pode acarretar prejuízos à imagem do Estado, bem como, caso a decisão de mérito seja favorável à União, implicará na suspensão de transferências voluntárias, empréstimos junto a bancos públicos e financiamentos internacionais.”

Contudo, o Ministro Marco Aurélio Mello do Supremo Tribunal Federal, em 21 de abril de 2006, concedeu tutela antecipatória na Ação Cível Originária n. 830-1/PR por decisão adiante transcrita:

“(…)1. O Estado do Paraná e a Parana Previdência, instituição gestora do sistema previdenciário paranaense, ajuizaram esta ação, sob o rito ordinário, com pleito de antecipação de tutela, requerendo seja a ré, a



União, condenada a efetivar o repasse da compensação previdenciária, abster-se de aplicar sanção em decorrência de descumprimentos relativos à Lei nº 9.717/98, expedir o Certificado de Regularidade Previdenciária e não obstaculizar operações financeiras previstas no artigo 7º da Lei nº 9.717/98 e no artigo 1º do Decreto nº 3.788/01.

Quanto à antecipação da tutela, o pedido é no sentido do repasse da compensação previdenciária, do afastamento de sanção, da expedição do Certificado de Regularidade Previdenciária e da retirada de empecilhos a operações financeiras.

Em síntese, o pleito final é lançado a título, também, de tutela antecipada. Colho da longa inicial de folha 2 a 26, acompanhada dos documentos de folha 27 a 65, como causa de pedir, a inconstitucionalidade da Lei nº 9.717/98, que estabelece obrigações a serem cumpridas pela entidade previdenciária estadual e, caso inobservadas, sanções.

Asseveram os autores a inconstitucionalidade do Decreto nº 3.788, que criou o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, cuja apresentação perante órgãos da administração direta e indireta da União tornou-se obrigatória. Sustentam que, ante enfoque dos órgãos próprios, a ré vem se negando a renovar o certificado. Argumentam com o princípio regulador da autonomia, para organizarem-se, das unidades da Federação, afirmando caber, a cada qual, dispor sobre matéria previdenciária e, à União, a edição de normas gerais. Asseveram que os limites reservados pela Constituição Federal à atuação da União foram extravasados, olvidando-se a legitimação concorrente dos Estados. Mediante o preceito do artigo 9º da Lei nº 9.717/98, fora concedido ao Ministério da Previdência e Assistência Social o poder de controle dos órgãos previdenciários estaduais. Em suma, teria sido editada regulamentação com eficácia nacional. Evocam precedentes desta Corte - Recurso Extraordinário nº 87.932/RS, Segunda Turma, com acórdão publicado no Diário da Justiça de 14 de setembro de 1979, e pronunciamento individual na Ação Cível Originária nº 702-1/CE. (...)



Deparo, assim, com quadro normativo federal que, à primeira vista, denota o extravasamento dos limites constitucionais, da autonomia própria, em se tratando de uma Federação.

Uma coisa é o estabelecimento de normas gerais a serem observadas pelos Estados membros. Algo diverso é, a pretexto da edição dessas normas, a ingerência na administração dos Estados, quer sob o ângulo direto, quer sob o indireto, por meio de autarquias.

Vale frisar que não prospera o paralelo feito entre a legislação envolvida na espécie e a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, editada a partir de previsão expressa contida no artigo 169 da Constituição Federal, impondo limites a serem atendidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

3. Tenho como atendidos os requisitos próprios à tutela antecipada, valendo assinalar que o poder de cautela é inerente ao Judiciário, à luz dos ditames constitucionais.

4. Defiro a tutela antecipada para afastar, a partir deste momento, o óbice vislumbrado pela União ao repasse obrigatório da compensação previdenciária bem como a observação, doravante, da exceção imposta a partir da Lei nº 9.717/98, até mesmo quanto à realização de operações financeiras de que trata o artigo 7º dessa lei.

5. Ao referendo do Plenário. 6. Publiquem. Brasília, 21 de abril de 2006. Ministro MARCO AURÉLIO Relator" (ACO 830, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, julgado em 21/04/2006, publicado em DJ 04/05/2006 PP-00021)

Tal decisão foi referendada em 29 de outubro de 2007 pelo Pleno do STF em acórdão assim ementado:

"SEPARAÇÃO DE PODERES - PREVIDÊNCIA SOCIAL - AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA - TUTELA. Surge relevante pedido voltado ao implemento de tutela antecipada quando estão em jogo competência concorrente e extravasamento do campo alusivo a normas gerais considerada previdência estadual." (ACO 830 TAR, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 29/10/2007, DJe-065 DIVULG



10-04-2008 PUBLIC 11-04-2008 EMENT VOL-
02314-01 PP-00167 LEXSTF v. 30, n. 354, 2008,
p. 46-56)

A referida Ação Cível Originária aguarda o julgamento de seu mérito pela Corte Suprema. Por esta razão deixa-se de prever no projeto de lei aqui analisado a contribuição previdenciária de inativos.

Destarte, ante todo o já exposto, e em atendimento ao que foi estabelecido no § 1º, do art. 88, da Lei no 12.398, de 30.12.98, é que tomo a presente iniciativa legislativa para a necessária revisão do Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado, gerido pela ParanaPrevidência.

1. PROPOSTA TÉCNICA PARA O PROJETO DE REVISÃO DO PLANO DE CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO PARANÁ

Como já mencionado, os estudos efetuados concluíram que a remodelagem do Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado deve levar em consideração a capacidade de realização de receita e o comprometimento orçamentário do Tesouro Estadual.

Neste contexto é que o novo Plano de Custeio deve buscar: (i) a recomposição das obrigações do Fundo de Previdência; (ii) a adequação do Plano Contributivo às Emendas n.ºs 41, 47 e 70; (iii) a adoção de novas premissas atuariais; (iv) a adoção de novos patamares de repasses para composição, financiamento e capitalização do Fundo de Previdência; (v) a revisão da segregação de massas, com corte a partir da publicação da EC n.º 41/2003; (vi) a implementação de segregação do contingente de militares e seus dependentes.

Esses novos pressupostos serão pontualmente pormenorizados nos itens que se seguem, cumprindo indicar, desde já, as premissas atuariais que



orientam a proposta para a remodelagem do Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado.

1.1. Recomposição das Obrigações do Fundo de Previdência

Como já mencionado, os estudos efetuados concluíram que a remodelagem do Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado deve buscar, entre outros elementos, a recomposição das obrigações do Fundo de Previdência.

De acordo com a nova proposta, o Fundo de Previdência será financiado pela adoção gradual do regime de capitalização para o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão. Para tanto, nova segregação de massas se faz necessária, objetivando ainda o atendimento dos critérios estabelecidos na Portaria MPS n.º 403/2008.

O Fundo de Previdência atenderá o pagamento dos benefícios previdenciários concedidos aos segurados, assim considerados os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas, que tenham ingressado no serviço público após 31 de dezembro de 2003.

1.2. Adequação do Plano Contributivo às Emendas Constitucionais n.ºs 41, 47 e 70

A reformulação do Plano de Custeio espelha também as reformas previdenciárias inauguradas pelas Emendas Constitucionais 41, 47 e 70, principalmente no que tange à instituição de alíquota contributiva única.

Tal medida é essencial para a perenidade do plano, haja vista que restou comprometida a aplicação do plano atualmente em vigor, em face de decisões judiciais contrárias à exação de alíquota progressiva, bem como à cobrança de contribuição previdenciária de inativos e pensionistas no período entre as Emendas Constitucionais 20 e 41.

1.3. Adoção de novas premissas atuariais



No novo plano de custeio proposto, no que se refere à adoção de novas premissas atuariais, como a metodologia de financiamento, foram consideradas hipóteses biométricas e econômicas, mais conservadoras e adequadas ao contexto da previdência social do Estado.

1.4. Adoção de novos patamares de repasses para composição, financiamento e capitalização do Fundo de Previdência

A adoção de novos patamares de repasses para composição, financiamento e capitalização do Fundo de Previdência mostra-se indispensável, observando a capacidade financeira e orçamentária do Estado.

Deste modo, o aporte de recursos destinados ao Fundo de Previdência se dará de forma escalonada e progressiva, mediante a utilização do percentual de 100% (cem por cento) a incidir sobre os valores apurados com base nas receitas de contribuições previdenciárias mensais que o Estado arrecadar dos contribuintes vinculados a este Fundo e de sua respectiva contrapartida. Referido percentual será acrescido, a cada ano, contado do mês subsequente ao da publicação da nova legislação, em 5% (cinco por cento) ao ano, até alcançar 150% (cento e cinquenta por cento).

Ainda, merece destaque que os valores dos repasses, em espécie, correrão à conta de dotação orçamentária própria dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas, devendo ser inseridos nas Leis Orçamentárias do Estado.

1.5. Revisão da segregação de massas com corte a partir da publicação da EC 41/2003

O que ora se propõe com a segregação de massas, a partir de 30 de dezembro de 2003, é a busca do equilíbrio financeiro e atuarial do novo plano de custeio que se pretende implantar, haja vista que o plano atual foi



acometido de inúmeras distorções em face de suas premissas não terem sido efetivadas na sua execução.

Acrescenta-se que a segregação de massa é crucial para dar cumprimento ao contido na Portaria MPS n.º 403, de 10/12/2008.

1.6. Implementação de segregação do contingente de militares e seus dependentes

A opção por este critério – segregação do contingente de Militares – deu-se diante da constatação de que aos Militares é assegurado, constitucionalmente, tratamento previdenciário distinto, pressupondo-se carências e requisitos diferenciados, em relação aos servidores civis, para a concessão de aposentadorias, assim compreendidas as reservas e as reformas. O mesmo se afirma com relação às pensões concedidas aos seus dependentes.

Impõe-se esclarecer que o Estudo Atuarial preambular de 1997/1998, que resultou no plano de custeio em vigência, não considerou as particularidades da carreira militar, pois à época, diferentemente do que ocorreu, se considerava que os militares teriam os mesmos critérios de inativação dos servidores civis.

Justamente pelas peculiaridades da carreira, não é recomendável que o Plano de Benefícios dos Militares seja financiado segundo o Regime de Capitalização, porque, diante da precocidade na concessão dos benefícios, somada ao acentuado risco da atividade desenvolvida pela corporação, a perspectiva de formação de reservas se faria de forma muito onerosa para o Estado.

Nesta vereda, propõe-se a instituição do Fundo Militar, que deverá ser financiado segundo o Regime de Repartição Simples, ou seja, sem a pretensão de formação de reservas para o pagamento de benefícios futuros.

Com a recomposição proposta, o Fundo Militar englobará, sem consideração de idade, todos os policiais da ativa vinculados aos Fundos



Previdenciários, os da reserva remunerada e os reformados, com os respectivos pensionistas.

1.7. O recálculo dos haveres contabilizados até a data da publicação da Lei

Para a implementação do novo Plano de Custeio, foi estipulado que a PARANAPREVIDÊNCIA deverá proceder a todas as adequações atuariais, financeiras, contábeis, operacionais e estruturais necessárias, incluído o balanço de liquidação do Plano de Custeio vigente.

Serão apurados e contabilizados os haveres atuariais, até a data da publicação da Lei, considerando-se a criação do Fundo Militar e a segregação de massas a partir da promulgação da EC 41/03, para que se proceda ao balanço de liquidação do Plano de Custeio vigente.

2. FUNDO FINANCEIRO

Não haverá modificação conceitual para o Fundo Financeiro, que permanecerá financiado pelo Regime de Repartição Simples e continuará atendendo ao pagamento dos benefícios de previdência social dos servidores públicos estaduais a ele vinculados.

Pela proposta em tela, o Fundo Financeiro atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários dos segurados e seus dependentes, assim considerados os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas, que tenham ingressado no serviço público estadual até 31 de dezembro de 2003.

3. FUNDO DE PREVIDÊNCIA

Como já indicado, o Fundo de Previdência sofrerá recomposição em suas obrigações, mediante a transferência dos benefícios concedidos e a conceder aos Militares e seus dependentes, do Fundo de Previdência para o



Fundo Militar. É de consignar, também, que haverá a segregação dos servidores civis, permanecendo no Fundo de Previdência aqueles que ingressaram no serviço público após a data da publicação da Emenda Constitucional 41/2003.

Não haverá, por outro lado, nenhuma modificação conceitual, na medida em que o Fundo de Previdência permanecerá financiado pelo Regime Financeiro de Capitalização.

4. FUNDO MILITAR

O Fundo Militar abrangerá o atendimento ao pagamento dos benefícios previdenciários concedidos aos segurados, assim considerados os militares do Estado, independentemente de idade, data de ingresso ou concessão do benefício, e será financiado pelo Regime de Repartição Simples.

5. CUSTEIO

Com o novo Plano de Custeio, o Regime Próprio de Previdência Social do Estado adotará único critério contributivo, mais aderente aos novos pressupostos constitucionais. O plano contributivo compõe a receita tributária do Estado, formando receitas orçamentárias que atenderão tanto ao Fundo de Previdência, quanto ao Fundo Financeiro e ao Fundo Militar.

É neste sentido que o plano proposto fixa, como critério contributivo, alíquota única de 11% (onze por cento). Este é o percentual minimamente exigido pelo texto constitucional, regulamentado pela Lei n.º 10.887, de 18 de junho de 2004, e do qual o Estado, no exercício de sua competência tributária, não pode se afastar.

Uma vez estabelecida, a partir do percentual contributivo referido, a receita do Estado, o novo Plano pressupõe que se adote mecanismo de custeio que permita a manutenção, em Regime de Repartição Simples, dos benefícios vinculados aos Fundos Financeiro e Militar.



Ademais, possibilitará a formatação de capitalização gradual do Fundo de Previdência, mediante transferências de verbas orçamentárias que serão fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA, a partir dos elementos indicados pelas Avaliações Atuariais de cada exercício, e que indicarão os valores necessários à manutenção de nível mínimo de solvência e equilíbrio financeiro e atuarial.

A incidência das alíquotas contributivas sobre a remuneração de servidores e militares em atividade comporá os valores a serem retidos em favor do Estado e indicará, também, o montante da respectiva contrapartida de igual valor a ser paga pelo Estado, compondo o que se designa "Alíquotas de Contribuição Normal".

Como já asseverado, as contribuições dos servidores e militares em atividade, comporão a receita do Estado, o qual ficará incumbido do repasse necessário a cada um dos Fundos que serão constituídos.

Para efeito dos respectivos repasses, além das contribuições retidas, haverá a respectiva contrapartida do Estado, de igual valor, sobre o resultado das contribuições dos servidores e militares.

Os repasses a serem efetuados pelo Estado ao Fundo de Previdência, com base nas alíquotas de contribuição normal, deverão ser feitos de forma progressiva e escalonada à razão de 5% (cinco por cento) ao ano, iniciando-se em 100% (cem por cento) até alcançar 150% (cento e cinquenta por cento).

6. CONCLUSÃO

Ao concluir, destaco que a presente proposta de remodelagem do Plano de Custeio do Regime de Previdência Social do Estado do Paraná implica sua reestruturação a partir da consolidação de três Fundos: o **Fundo Financeiro**, o **Fundo Militar** e o **Fundo de Previdência**; além disso, contém a adoção de hipóteses atuariais que se demonstram mais adequadas à realidade financeira do Estado e às regras gerais estabelecidas pelos processos de reforma constitucional encetados pelas Emendas Constitucionais 41, 47 e 70, e consideram todos os compromissos a serem assumidos pelo Estado, ao longo do tempo, buscando aderência ao seu



Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual.

Tal ajuste de conduta permitirá a adequada simetria entre as questões previdenciárias, inclusive as atuariais, e a realidade orçamentária e financeira do Estado – imprescindível à gestão equilibrada e responsável dos recursos públicos.

Resta inquestionável que, a partir da adoção da presente proposta de reestruturação do Plano de Custeio do Regime de Previdência Social do Estado do Paraná, com a nova modelagem, serão promovidos os ajustes e correções necessários, sempre que se detectarem possíveis desequilíbrios no sistema, numa tarefa constante de acompanhamento do sistema.

Com isso, a previdência social do Estado do Paraná poderá reencontrar o seu equilíbrio financeiro e atuarial, mantendo a perspectiva de adoção de regime capitalizado e com formação de reservas, além de preservar o patrimônio previdenciário já constituído.

Por derradeiro, ressalte-se que, com a aprovação do presente Projeto, além da compreensão de conceitos atuariais referentes à previdência social ora expostos, fazem-se necessários permanente acompanhamento de seus resultados e adoção de pronta revisão, em face do conceito de solvência, caso as hipóteses atuariais indicadas, por alguma razão, não se verifiquem, já que elas se demonstram bastantes sensíveis às alterações no perfil salarial e demográfico do conjunto dos servidores e militares do Estado.

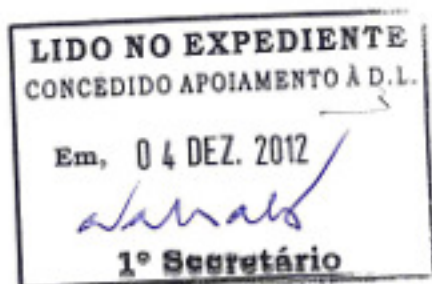
Estas são, Senhor Presidente, as informações que entendo necessárias ao esclarecimento de Vossa Excelência e dos nobres parlamentares componentes dessa Casa Legislativa, para compreensão do Projeto de Lei que submeto à elevada apreciação dessa Assembleia Legislativa, o qual objetiva a reformulação do Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, lastreado na necessária Avaliação Atuarial, consubstanciada nas anexas Notas Técnicas Atuariais JM/3054/2012 e DPREV/ATUÁRIA 005/2012, e que espero seja aprovado.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



Palácio Iguaçu – Curitiba, 4 de dezembro de 2012
OF CEE/G 253/12

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 21/12/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Com a costumeira satisfação em cumprimentar Vossa Excelência, solicito-lhe que seja substituída a 12.ª folha do Anteprojeto de Lei encaminhado a essa Casa de Leis mediante a Mensagem n.º 086/12, em virtude de alteração feita no § 4.º do art. 28, de onde retiramos a expressão “nos termos estabelecidos nos parágrafos anteriores”, conforme nova folha em anexo.

Certo de contar com a valiosa atenção de Vossa Excelência para o assunto, antecipo-lhe meus melhores agradecimentos.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/CEVF/JC



JUSTIFICATIVA

Através desta apresenta-se, em relação ao OF/CEE/G 253/2012, referente à retirada de parte do texto do § 4º do artigo 28 do Projeto de Lei nº 613/2012, qual seja, "nos termos estabelecidos nos parágrafos anteriores", o qual foi encaminhado à Assembleia Legislativa através da Mensagem nº 86/2012, a justificativa informada pelo Dr. Ademir Cleto, da PARANAPREVIDÊNCIA, nos seguintes termos:

"1. A supressão da parte final do § 4º do art. 28, do Projeto de Lei de Custeio da PARANAPREVIDENCIA, deve-se à perda de pertinência entre o que nele estava contido (na antiga redação dos §§ 2º e 3º), em face do advento da nova redação dada aos mesmos §§ 2º e 3º, que não mais preveem a remissão então mencionada, vez que foi substituída pelo encontro de contas .

2. Assim, a remissão (agora) diz respeito exclusivamente aos débitos administrativos (oriundos da taxa de administração de 1,5%)."



§ 1º. Os ativos financeiros e imobiliários do Fundo de Previdência, atualmente sob gestão da PARANAPREVIDÊNCIA, reestruturado nos termos desta Lei, compõem o patrimônio desse Fundo e nele permanecerão.

§ 2º Os haveres atuariais apurados e contabilizados pela PARANAPREVIDÊNCIA até a data da publicação desta lei e na liquidação de que trata o *caput* deste artigo, serão recalculados com base no disposto nesta Lei, inclusive no que se refere a eventuais valores conciliados pelo Estado.

§ 3º O Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA realizarão anualmente encontro de contas para apurar contabilmente o compromisso estatal com o Fundo de Previdência.

§ 4º Em face do que dispõe o art. 30 da Lei 12.398, de 30 de dezembro de 1998, os débitos administrativos apurados pela PARANAPREVIDÊNCIA até a data da publicação desta Lei, serão remidos.

Art. 29. Ficam o Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA autorizados a elaborar estudos para a instituição do Regime de Previdência Complementar previsto no artigo 40, § 14, da Constituição Federal.

Art.30. No prazo de doze meses, contados da publicação desta Lei, a PARANAPREVIDÊNCIA deverá rever o seu Estatuto e Regimento Interno, com vistas a adequá-los às modificações decorrentes.

Art. 31. O Contrato de Gestão e os Convênios a que se refere o parágrafo único do art. 2º desta Lei deverão ser celebrados e ou revistos, considerando os termos desta Lei.

Art.32. O § 2º do artigo 103 da Lei 12.398, de 30 de dezembro de 1998, passa a ter a redação seguinte:

“§ 2º Para atendimento do disposto neste artigo, o Diretor – Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA poderá solicitar servidores públicos de outros órgão ou entidades, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, para que fiquem à disposição da Instituição, os quais permanecerão vinculados ao órgão ou entidade de origem e ao respectivo regime.”

Art.33. O Poder Executivo fica autorizado a abrir, nos termos da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, créditos adicionais nos orçamentos dos exercícios futuros, necessários à implementação do objeto desta Lei.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 04 DEZ. 2012

[Signature]
1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 4 de dezembro de 2012
OF CEE/G 252/12

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 04/12/2012

[Signature]
Presidente

Senhor Presidente,

Em complementação à Mensagem n.º 086/12, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, a Nota Técnica referente ao Projeto de Reestruturação do Sistema Previdenciário do Estado do Paraná.

Atenciosamente,

[Signature]
CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/GAM/JLI

12.23 04/12/2012



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ



REQUERIMENTO

Requer "Regime de Urgência" para a votação do Projeto de Lei 613/12 oriundo da Mensagem Governamental nº 086/12 conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme os artigos 181 e 184 do Regimento Interno desta Casa, **requer**, na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização da Assembléia e Assuntos Municipais, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação do Projeto de Lei 613/12 oriundo da Mensagem nº 086/12, de autoria do Poder Executivo e em tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 2012.

Deputado **Nelson Garcia**

Presidente da Comissão de Fiscalização

Recebido

Em 05/12/2012

Por Colúcio

(anexo ao PL)

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências

DL 05/12/12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI nº 613/2012

Projeto de Lei nº 613/2012
Mensagem nº 086/2012
Autor: Poder Executivo

Súmula: Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CUSTEIO E FINANCIAMENTO. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. POSSIBILIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART. 13, 65 E 66. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL NOS TERMOS DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade reestruturar o Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

REGIME DE URGÊNCIA
10/12/12 Dy

Iniciado: 10/12/12
m 10 / 12 / 12
Tadeu Wener
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

93
DIRET.
V.F.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Com relação ao assunto do referido projeto de lei, "previdência social, proteção e defesa da saúde", a Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina especificamente a competência de cada ente e, no caso em tela, observa-se que a competência é concorrente, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Exatamente no mesmo sentido e idêntico teor a Constituição do Estado do Paraná prevê em seu art. 13, XII:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Ademais, deve-se ressaltar que é **competência privativa do Governador do Estado** à elaboração de leis que disponham sobre os servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, vide art. 66 da Constituição Estadual:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



- I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;
- II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;
- III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;
- IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (grifos nossos)

Sendo assim, fica evidenciado que o projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo está perfeitamente de acordo com o ordenamento jurídico vigente.

No que tange a Lei Complementar Federal nº. 101/00, o projeto de lei não apresenta nenhuma ilegalidade; uma vez que não cria novas despesas.

Por fim, com relação a elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

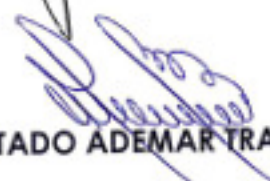


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE**, nos termos da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR


**VOTO
CONTRARIO
AO PARECER**

Dep. Rosca
Rodrigues

Dep. Tadeu
Venet

APROVADO

REGIME DE URGÊNCIA


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA AO PROJETO DE LEI 613/12

A presente emenda visa acrescentar um parágrafo ao art. 26, alterar a redação do seu parágrafo único e renumerá-lo como parágrafo 1º.

Art. 26. (...)

§ 1º. Dada a natureza pública dos Fundos de Natureza Previdenciária, respeitando-se o trânsito em julgado e o direito adquirido, o Estado do Paraná será o responsável direto pelo adimplemento de execuções decorrentes das ações a que se referem este artigo, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal.

§ 2º. A PARANÁPREVIDÊNCIA fica autorizada a homologar os parcelamentos decorrentes de decisões ou acordos judiciais.

Curitiba, de dezembro de 2012.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
Líder do Governo

JUSTIFICATIVA:

O parágrafo único do art. 26 do Projeto tem como objetivo estabelecer que o Estado do Paraná será o responsável pelo adimplemento de execuções decorrentes das ações de que trata o caput.

Todavia, faz-se necessária a presente emenda para que fiquem resguardados o trânsito em julgado e o direito adquirido. Dessa forma, as ações judiciais em trâmite e as ações transitadas em julgado não serão prejudicadas pelas alterações legais.

REGIME DE URGÊNCIA

APROVADO

12.12.12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI Nº 613/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 086/12, a qual dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná.


Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.


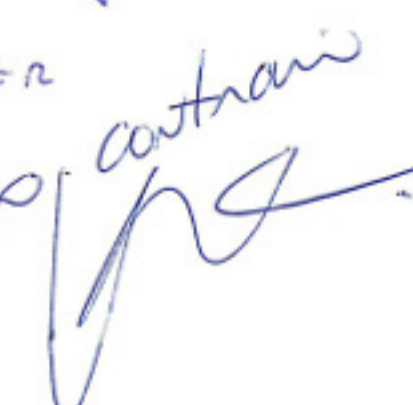
De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Isto posto, esta Comissão de Finanças manifesta-se **FAVORAVELMENTE** ao Projeto de Lei em tela.

Curitiba, 18 de dezembro de 2012.


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR


DEP. ADEMIR BIER
PRESIDENTE



voto contrário